

Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Trabalho, questão social e serviço social – fundamentos**

## **SERVIÇO SOCIAL E PROJETO PROFISSIONAL ORIENTAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA DE ASSISTENTES SOCIAIS E ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**ANA MARIA DE VASCONCELOS <sup>1</sup>**

**CARLA VIRGINIA URICH LOBATO <sup>2</sup>**

**DÉLIS FERREIRA PINTO <sup>3</sup>**

**JULIANA FERREIRA BALTAR <sup>4</sup>**

### **RESUMO:**

Manifestações de assistentes sociais e pós-graduandos em Serviço Social de universidade pública, referenciada pelo projeto da ABEPSS, revelam frágil relação de estudantes e profissionais com o projeto do Serviço Social brasileiro, diante do distanciamento das concepções presentes no projeto do Serviço Social e da semelhança e sintonia com relação às referências ético-políticas indicadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social; formação e prática profissional; Projeto Ético-Político; Emancipação humana

### **ABSTRACT:**

Manifestations of social workers and graduate students in Social Work from a public university, referenced by the ABEPSS Project, reveal a fragile relationship between students and professionals with the Brazilian Social Work Project, given the distancing of the conceptions presente in the Social Work Project and the similarity and harmony in relation the ethical-political references indicated.

**Kew Words:** Social Work; Professional Training and Practice; Ethical-Political Project; Human Emancipation

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

<sup>2</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

<sup>3</sup> Hospital Central do Exército - Rio de Janeiro

<sup>4</sup> Instituto Reação - Rio de Janeiro

## INTRODUÇÃO

Na luta anticapitalista crítica, nos juntamos àqueles que buscam estratégias coletivas de contraposição ao crescente poder do capital. O capitalismo, fonte de sofrimento da humanidade e destruição do planeta, não é autodestrutivo. É assim no massacre do povo palestino, que em junho de 2024 totalizou mais de 37.000 assassinatos, em grande parte de mulheres, crianças e idosos, assim como nas favelas cariocas, que nos quatro primeiros meses de 2024, registrou 205 pessoas mortas em operações policiais. Esta realidade evidencia que o capitalismo, tendo a violência como sua parteira, necessita se expandir mundial e permanentemente, abarcando tudo e agindo com toda a sua intensidade devastadora, quando colocado diante de seus limites estruturais, o que não parece estar tão próximo (MÉSZÁROS, 2003).

Nesse terreno, os assistentes sociais são chamados para “mediar conflitos”, “acalmar os ânimos”, com uma prática fiscalizadora e controladora; somos chamadas a atuar sobre as consequências da exploração do trabalho e da concentração da propriedade dos meios essenciais de produção, da riqueza e do poder político, para contribuir na manutenção da ordem vigente. Lidamos com as consequências das expressões da questão social manifestadas no cotidiano da vida, identificadas por trabalhadores e trabalhadoras na falta de condições objetivas e subjetivas de sobrevivência; condições que expressam o concomitante aumento da pobreza e da riqueza no mundo capitalista, especialmente, no Brasil, país que, integrante das 10 maiores economias do mundo, consta em 14º lugar (2023), entre os 15 países com maior desigualdade do planeta.

Se as condições de trabalho têm impactado a situação da classe trabalhadora em geral, como é próprio da sociedade capitalista, exigindo uma formação graduada e permanente exigente dos trabalhadores das diferentes políticas sociais públicas e privadas, a produção de conhecimento da área de Serviço Social vem abordando esporadicamente os desafios colocados aos assistentes sociais pela ordem do capital no cotidiano da prática e seu enfrentamento (VASCONCELOS & BALTAR, 2020).

Como poderemos observar, os achados da nossa investigação demonstram que, apesar do sinalizado “amadurecimento da profissão”, a massa da categoria dos assistentes sociais que atua junto aos trabalhadores ainda não se apropriou, na medida do necessário à materialização do projeto ético político do Serviço Social, dos seus parâmetros legais, como a Lei de Regulamentação da profissão, o Código de Ética do assistente social (CE) e, também, como mostram estudos realizados pela ABEPSS (2007), das Diretrizes Curriculares aprovadas pela categoria, o que quer dizer que não se apropriou da teoria necessária à transformação dos



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

princípios que orientam a profissão em objetivos a serem realizados. Sem a escolha consciente da direção ético-política e teórico-metodológica do projeto profissional e a conseqüente, ainda que não mecânica, compreensão/incorporação das prerrogativas que a Lei 8662 nos assegura, podemos, na maioria das vezes involuntariamente, estar contribuindo para potencializar as adversidades, limites e contradições presentes na realidade, próprios da sociedade capitalista.

Em busca de respostas sobre possibilidades e limites de transformação do projeto do Serviço Social em realidade junto aos trabalhadores, temos desenvolvido estudos empíricos de longo prazo relacionados à formação, à prática profissional e à produção de conhecimento da área de Serviço Social. Para problematizar o tema deste trabalho, utilizamos manifestações de assistentes sociais e estudantes de pós-graduação sobre os motivos da escolha da profissão e princípios que orientam a atuação profissional. As manifestações foram colhidas através de entrevistas em profundidade junto a assistentes sociais da política de Assistência Social, de um grande centro urbano, e de questionário respondido por alunos de pós-graduação de uma Universidade pública, que tem as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1997) como referência de seu Currículo Pleno. Foram observados os princípios éticos, no que se refere à pesquisa com seres humanos. Os dados referentes aos assistentes sociais foram colhidos entre os anos de 2014-2018. Os questionários foram respondidos por pós-graduandos de disciplinas ministradas pelo coordenador da pesquisa (especialização, mestrado e doutorado). Neste trabalho, consideramos questionários respondidos por 60 pós-graduandos (2016.1, 2021.2, 2024.1) e 33 assistentes sociais entrevistados nas unidades onde atuam, através de entrevista em profundidade, média de 233 variáveis. O fato da coleta de dados ter se dado em anos diferenciados não parece relevante, na medida em que nosso objetivo não é retratar a realidade tal como se apresenta em determinado momento histórico, mas mostrar o que as manifestações de estudantes e assistentes sociais revelam em comum e constante. Agradecemos estudantes, assistentes sociais e pesquisadores que disponibilizaram dados para uma investigação que busca revelar e enfrentar os desafios de, no capitalismo, transformarmos em realidade o compromisso dos assistentes sociais brasileiros com a humanidade e com a classe trabalhadora.

## **1. PROJETO DO SERVIÇO SOCIAL E REFERÊNCIAS ÉTICO-POLÍTICAS**

Na direção do projeto do Serviço Social brasileiro, a crítica dos direitos de cidadania tem de ser a crítica da sociedade que produz a necessidade de luta pelos direitos. A necessidade de sobreviver para lutar em busca, no limite, da emancipação humana, no contexto da sociedade capitalista, exige acesso a bens e serviços para preservar a vida, movimento que, anticapitalista



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

crítico, pode, ao favorecer a formação, mobilização e organização dos trabalhadores, contribuir com a pressão pela ampliação e universalização dos direitos, mesmo no contexto do capital, o que nos coloca *na perspectiva do direito, mas não na perspectiva de acesso aos direitos como limite, como finalidade*. Por consequência, ainda que atuemos na direção da “garantia dos direitos” (emancipação política), tendo em vista condições de sobrevivência da classe trabalhadora para viver e lutar, a finalidade última da atuação do assistente social na perspectiva do projeto profissional é a *emancipação humana*. E quem afirma a emancipação humana como limite do projeto profissional é o Código de Ética do assistente social (CE) que, com seus onze princípios - considerados como totalidade orgânica, nas suas relações e conexões necessárias -, dá a direção social da formação, da prática profissional e da organização teórico-política dos assistentes sociais (Conjunto CFESS/CRESS; ABEPSS, ENESSO). Dá a direção ainda de *uma certa produção de conhecimento* da área de Serviço Social, necessária ao projeto, que vem sendo gestada no âmbito das Ciências Humanas e Sociais ao longo dos anos e que, com o avanço da pós-modernidade, vêm sendo capturadas pelas correntes do pensamento pós-moderno. Uma produção de conhecimento que vem garantindo não só a construção do projeto, mas sua consolidação teórica e ética no país, constituindo uma área de conhecimento de cariz teórico-metodológico crítico ao estabelecer uma interlocução fecunda com intelectuais de áreas afins, mas não enfrentando suficientemente as temáticas relativas à materialização do projeto profissional junto aos trabalhadores/usuários (VASCONCELOS & BALTAR, 2020).

Assistentes sociais, assim como outros profissionais, estamos no lugar da autoridade que, tendo por encargo executar a política social – pública-privada - planejada pela burguesia/ Estado capitalista, vai operá-la em diferentes direções, a depender das escolhas fundadas na formação ético-política e teórico-metodológica dos profissionais; escolhas e formação condicionadas, não somente pelo assalariamento e pelas condições de trabalho, mas antes de tudo, na direção do projeto do Serviço Social, pela segurança teórico-crítica e de princípios emancipatórios. Neste complexo e contraditório contexto capitalista, é que sem instrumentos teórico-críticos e ético-emancipatórios, sem planejamento, sem assessoria, somos levados a operar as políticas sociais naquilo que elas mais favorecem os interesses dos capitalistas/capital, como somos historicamente requisitados a fazer. O assistente social, dentre tantas outras coisas não contempladas na lei que regulamente a profissão, não é requisitado, em todo o tempo, para que situações conflitivas, sem solução, não resultem em conflitos de fato, mas em conciliação, consentimento, acordo, “consenso” entre desiguais? Ora, é neste mesmo movimento de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

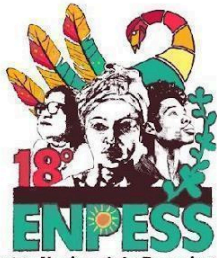
interesses contraditórios que, pela mesma ação, contamos com possibilidades/alternativas – insistindo, que têm sua apreensão e identificação condicionadas a uma preparação ética e teórica sempre em construção e planejamento - de operar a política na perspectiva do projeto profissional, podendo servir mais ao trabalho que ao capital. Ou seja, um movimento que exige prática (re)pensada, ou seja, prática estruturada em planejamento/avaliação das consequências, o que requer a conexão/reorganização dos assistentes sociais nas diferentes unidades e serviços socioassistenciais. (VASCONCELOS, 2015).

Pela impossibilidade — e conseqüente desinteresse — de a burguesia, no Brasil, liderar uma revolução burguesa plena, a luta pelo espaço da democracia e da cidadania assume uma importância especial para as classes trabalhadoras, pelo seu caráter, em princípio, anticapitalista e, pois, revolucionário. *Paradoxalmente, conquistas que integrariam o patamar da sociabilidade burguesa tornaram-se, no Brasil, um instrumento de luta pela superação da ordem burguesa.* Mas os capitalistas também sabem disto e não é por acaso que dão tanto destaque à questão da “cidadania”. Cidadania entendida como a prática dos direitos e deveres do “cidadão” em um Estado; direitos e deveres que devem andar sempre juntos, uma vez que o direito de um cidadão implica necessariamente numa obrigação de outro cidadão, em cumprimento à noção de liberdade (individual) burguesa, muito diferente da concepção de liberdade assumida pelos assistentes sociais no Código de Ética (2012).

## **2. ASSISTENTES SOCIAIS E ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO: PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO SER, PENSAR E AGIR NA PROFISSÃO E NA VIDA.**

A geração de assistentes sociais educada e formada na perspectiva capitalista cumpriu a tarefa de fazer a crítica do Serviço Social tradicional e conservador, criando um projeto que favorece os assistentes sociais a manter a profissão sintonizada com um projeto de sociedade voltado para a construção coletiva de uma nova ordem social, o que exige a destruição das bases de sustentação de um sistema baseado na exploração da força de trabalho, nas opressões de toda ordem, na propriedade privada e na concentração de propriedade e poder político. Assim, podemos contar com um projeto de profissão pensado na perspectiva da emancipação humana, que necessita da teoria social crítica para sua transformação em realidade.

A construção do projeto do Serviço Social – desde os anos 1990, denominado projeto ético-político do Serviço Social brasileiro – demandou tarefas que, dentre outras, incluiu – a depender da tarefa, continua incluindo – a construção e manutenção de um poderoso movimento de organização política da categoria que articula entidades no vigoroso Conjunto CFESS-CRESS/ABEPSS/ENESSO; a revisão da legislação – Lei de Regulamentação da



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

profissão (Lei nº 8662/1993), elaboração e revisão do Código de Ética (1986/1993); elaboração e revisões de um Currículo Mínimo que, em 1993, passa a Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, por ordem do MEC, o que resultou em duas Diretrizes, a da ABEPSS e a reduzida pelo MEC que as impôs como diretrizes oficiais, abrindo a possibilidade de EAD em Serviço Social; uma produção de conhecimento que, em debate com áreas afins, continua a dar e garantir a direção social crítica da profissão. Nesse movimento, aquela geração de assistentes sociais tem procurado criar condições éticas, teóricas e organizativas de conservar e ampliar a direção social conquistada em todas as instâncias que envolvem a existência do Serviço Social. Em meio a este movimento, desde a origem do projeto do Serviço Social, contamos com *tentativas isoladas de práticas junto aos trabalhadores* mediadas pelas indicações ético-políticas e teórico-metodológicas que referenciam esse projeto.

Coube às novas gerações formadas na perspectiva do projeto, a difícil tarefa de criação do “novo Serviço Social”, considerando a necessária superação do “velho Serviço Social”, no contexto de um capitalismo/Império em decadência e do conseqüente retorno da extrema direita de caráter fascista nas duas primeiras décadas do século XXI, quase 100 anos após o horror do holocausto judeu. Uma tarefa – o aprender a fazer - que exigia e exige, no mínimo, a crítica teórica do movimento que se pretende de superação do Serviço Social tradicional através de prática pensada, sustentada na reorganização e disposição dos assistentes sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais legados pelas primeiras gerações que criaram e legitimaram o Serviço Social no país. Essa uma tarefa essencial, não somente à ampliação da autonomia dos assistentes sociais frente a gestores e demais profissionais e serviços, mas à criação de espaços democráticos propícios à reflexão e à realização de ações que favoreçam os trabalhadores/ usuários no que se refere à participação substantiva nas decisões, reflexão crítica, ao exercício de relações democráticas, solidárias etc. (Vasconcelos, 1997). Processo que exige um movimento de negação do que não favorece a direção do projeto do Serviço Social, conservação do que favorece, objetivando, por aproximações sucessivas, favorecer mais ao trabalho que ao capital. O que quer dizer que sem análise sistemática e crítica daquilo que é realizado pela categoria, individual e coletivamente, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, não contamos e não contaremos com condições de apreender a direção social dos valores e referências teórico-metodológicas praticados em nome do projeto do Serviço Social (Vasconcelos, 2015, Cap.3).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

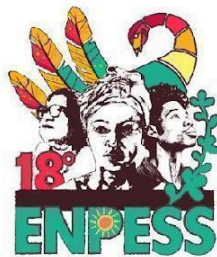
10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O projeto do Serviço Social brasileiro, deixando claros seus princípios e pressupostos, disponibiliza bases ético-políticas e teórico-metodológicas centradas no complexo de categorias marxianas que permite refletir na consciência a essência do mundo em que vivemos, armando ética e teoricamente os assistentes sociais para projetar suas ações e **optar conscientemente** entre as diversas possibilidades e alternativas de respostas presentes no complexo e contraditório cotidiano profissional que põe em conflito irreconciliável as demandas dos trabalhadores/usuários e as requisições institucionais, desafiando permanentemente os profissionais, na medida em que, diante de uma realidade em movimento, a graduação não dá conta da formação por completo; por isso, a essencialidade de um processo de autoformação permanente que também envolva o fazer profissional. Com isso, o projeto do Serviço Social mobiliza, provoca, estimula e instrui os assistentes sociais a objetivar o compromisso com a classe trabalhadora, sujeitos da transformação social; compromisso que exige, antes de tudo, segurança de princípios e a referência teórico-crítica baseada em Marx e no marxismo, isso porque “a tradição revolucionária de Marx concretiza [...] a autoconsciência do ser social nos marcos do capitalismo, vale dizer, o máximo grau de conhecimento teórico possível do ser social sobre si mesmo na sociedade burguesa”, como afirma Netto (1989, p. 92).

Dentre tantas outras complexas questões, destacamos que conhecer o Código de Ética e/ou citar alguns de seus princípios fundamentais não significa ter, conscientemente, o projeto do Serviço Social como referência, ainda que no interior da categoria, de forma majoritária, exista uma vocalização neste sentido. Quando é vivido como uma obrigação, como um costume, e não como finalidade e objetivos a serem alcançados, a partir de escolha consciente, o projeto do Serviço Social perde sua finalidade emancipatória e sua razão de ser: fundamentar as condições necessárias à iluminação das consciências na busca individual/coletiva de construir/realizar os caminhos da emancipação humana (Vasconcelos, 2015).

Diante disso, torna-se relevante observar como vêm se manifestando assistentes sociais (em atividade e em pós-graduação), com relação à profissão e às referências éticas. Sinalizamos que a maioria dos assistentes sociais e estudantes pesquisados afirma que tem o projeto do Serviço Social como referência. Por questão de espaço, vamos destacar duas variáveis da investigação. Na busca de entender o processo de se tornar um assistente social, o que, independentemente da direção social escolhida vai impactar a forma de ser, pensar e agir, é que solicitamos aos estudantes (especialização, mestrado, doutorado) e assistentes sociais inseridos



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

na política de Assistência Social a descrever os motivos da escolha do Serviço Social, quando nos deparamos com os seguintes dados.

**Tabela 1 - Assistentes sociais da Política de Assistência Social e estudantes de Pós-graduação pública em Serviço Social. Motivos da escolha do curso de Serviço Social**

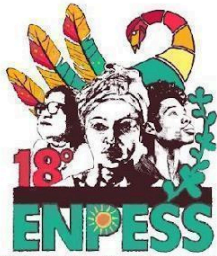
<b>Curso Serviço Social - Motivos de Escolha</b>	<b>Assistentes Sociais (2014 - 2018)</b>	<b>Pós-graduandos (2016.1, 2021.2, 2024.1)</b>
Identificação com a profissão/área /Ciências Humanas/Sociais	13 (40%)	12 (20%)
Procura por visão crítica da realidade social e/ou de garantia/luta pelos direitos sociais	4 (12%)	14 (23%)
Ajudar o próximo /visão tradicional da profissão	1 (3%)	6 (10%)
Dificuldade de acesso à 1ª opção de curso superior	3 (9%)	4 (7%)
Facilidade de acesso universidade pública/mercado trabalho	3 (9%)	6 (10%)
Influência de terceiros	7 (21%)	12 (20%)
Não respondeu/resposta sem conteúdo	2 (6%)	6 (10%)
<b>Total</b>	<b>33 (100%)</b>	<b>60 (100%)</b>

Fonte: Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Serviço Social. FSS/Universidade pública/2024.

Sobre a escolha da profissão, os assistentes sociais (40%) e os pós-graduandos (20%) sinalizam uma identificação genérica com a profissão e/ou com áreas afins. Tal fato nos remete a duas questões: 1 – Qual a concepção de Serviço Social está presente nessas afirmações, considerando concepções de Serviço Social presentes na sociedade brasileira que, ora identifica o assistente social como a “pessoa boazinha” que “ajuda as pessoas”, ora identifica Serviço Social com a política de Assistência Social? 2- Qual a concepção de Ciências Humanas e Sociais assumida, diante da captura dessas áreas pelo pensamento pós-moderno?

Em seguida, destacam-se motivos relacionados às dificuldades de acesso à universidade pública ou ao curso de 1ª opção, o que leva o assistente social (18%) ou o estudante (17%) a escolher um curso pouco exigente para a entrada na universidade, na expectativa que ele, também, seja pouco exigente para sua concretização, o que deixa o futuro assistente social sem noção dos desafios que vai enfrentar, principalmente, em se tratando de uma universidade pública, ainda que com todas suas contradições. Essas escolhas revelam que, para além de outros complicadores, uma parte dos assistentes sociais opta pelo Serviço Social por motivos que pouco ou nada se aproximam da própria profissão e, principalmente, com o projeto do Serviço Social, um contexto em que poucos aspiram alcançar uma “visão crítica da realidade social” e/ou





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

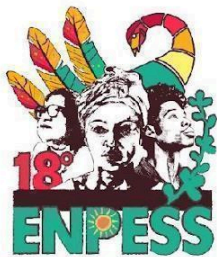
Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

atuar na “garantia/luta pelos direitos sociais”, como manifestado por estudantes (23%) e assistentes sociais (12%). Diante das dificuldades da formação em favorecer que os estudantes se coloquem criticamente diante daquilo que o capitalismo fez deles, o fato de 3% de assistentes sociais e 10% de estudantes buscarem o Serviço Social para “ajudar o próximo” e, como veremos um conjunto expressivo de assistentes sociais e estudantes ainda afirmando princípios e valores do senso comum, pode agravar e complexificar ainda mais a realidade em que a maioria dos assistentes sociais formados na atualidade provem do ensino a distância.

Diante disso e de tantas outras adversidades enfrentadas pelos assistentes sociais, ressaltadas na literatura, o fato de que a tarefa de aprender a fazer Serviço Social na direção que contesta o Serviço Social conservador desde sua origem não foi acompanhada de uma sólida base *teórico-prática* necessária à transformação do projeto do Serviço Social em realidade pode estar em destaque entre as determinações da reiteração de uma afirmação entre estudantes e assistentes sociais de que “na prática a teoria é outra”. Fato que, desde finais da década de 1980, vem sinalizando um urgente objeto de investigação teórico-crítica que não enfrentado, especialmente por aqueles com condições de realização de investigações que possibilitem generalizações, vem constringendo a categoria e levado os assistentes sociais a “culparem”/responsabilizarem, não o capitalismo, mas o projeto do Serviço Social, ou a si mesmos, pelo sofrimento imposto aos profissionais no cotidiano da prática e/ou pelas dificuldades de transformação do projeto em realidade, junto aos trabalhadores. Ou seja, o riquíssimo movimento que envolveu e envolve a consolidação ética e teórica do projeto do Serviço Social não foi acompanhado de um investimento na organização dos espaços sócio-ocupacionais e na construção de uma sólida base teórico-prática crítica que favorecesse a busca e consolidação de práticas junto aos trabalhadores e trabalhadoras mediadas pelo projeto do Serviço Social, ou seja, práticas profissionais com condições de favorecer mais ao trabalho do que ao capital, no contexto do capitalismo brasileiro em meio a uma democracia que, ainda que burguesa, está permanentemente sob ameaça.

Quanto a indicação de princípios e valores, destacam-se, na Tabela 2, 52% dos assistentes sociais indicando noções do senso comum e 43% dos pós-graduandos indicando princípios do Código de Ética de forma fragmentada.

**Tabela 2. Assistentes sociais da Política de Assistência Social e estudantes de Pós-graduação pública em Serviço Social. Princípios e Valores elencados como referência para a profissão.**



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

<b>Princípios e Valores</b>	<b>Assistentes Sociais (2014-2018)</b>	<b>Pós-graduandos (2016.1, 2121.2, 2024.1)</b>
Noções do Senso Comum	17(52%)	15 (25%)
Noções do Senso Comum, bem como princípios fragmentados do Código de Ética	8(24%)	4 (7%)
Princípios fragmentados do Código de Ética/PEP	2 (6%)	26 (43%)
Referências abstratas ao Código de ética	2 (6%)	9 (15%)
Não respondeu/resposta sem conteúdo	4 (12%)	6 (10%)
<b>Total</b>	<b>33 (100%)</b>	<b>60 (100%)</b>

Fonte: Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Serviço Social. FSS/Universidade pública/2024.

Quanto às noções consideradas de senso comum indicadas como princípios fundamentais, entre os assistentes sociais, com mais indicações (52%) temos “respeito” (respeito, em primeiro lugar vem o respeito, respeito ao próximo, respeito ao cidadão, respeito ao usuário, respeito à autonomia do usuário, respeito à humanidade, respeito ao gestor, respeito ao colega de profissão ... ), seguido de responsabilidade; ética; ser ético; dar pertencimento ao usuário; honestidade para com o outro; sinceridade; bom senso; dignidade com o cidadão, com o ser humano, com a pessoa, com o colega; confiabilidade; credibilidade; colocar-se no lugar do outro; urbanidade com colegas, com chefe, com pessoas; emancipação do indivíduo; sigilo; humanização. Entre os estudantes de pós (25%), como noções do senso comum temos: respeito (respeito, respeito à profissão, aos usuários, respeito pela ética na relação com os usuários; respeito pela comunidade; tratar de forma respeitosa e com ética colegas de trabalho e usuários; respeitar a dignidade humana), além de, compromisso; compromisso com o próximo; com a coletividade; dignidade da pessoa humana; ética; sigilo; humanização.

Aqui, nos perguntamos se respeito indica reverência ou cortesia para com os trabalhadores/usuários e demais e/ou um sentimento de apreço ou consideração, e/ou um sentimento de aceitação daquilo que o trabalhador usuário manifesta e/ou vive ao revelar as diferentes expressões da questão social que se manifestam como a “falta de tudo”. Isso porque, a reivindicação de um “respeito” abstrato nos remete, tanto a desconsiderar a divisão da sociedade em classes e a desigualdade de classe, assim como respeito a autoridade (poder).

Mas é preciso sinalizar que, como próprio da sociedade capitalista que necessita da manipulação e controle da classe trabalhadora, tendo em vista interesses de acumulação de propriedade, riqueza e poder político, o “respeito” considerado como princípio/valor não é



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

exclusivo dos assistentes sociais nem se dá por acaso. Presente na maneira de pensar e se relacionar no capitalismo - relações baseadas no mando e na obediência-, adquirido na observação, vivência e experimentação do mundo, o respeito é também a indicação mais comum entre diferentes profissões de nível superior<sup>1</sup>. As próprias políticas sociais, por exemplo, incentivam os profissionais a colocarem como limite da atuação o “acolhimento respeitoso”, inclusive a informar o trabalhador/trabalhadora, “com muito respeito”, de que não existem recursos ou acesso aos serviços que a instituição afirma oferecer, porque a “pessoa” não está contemplada pelos critérios estabelecidos pela política. Assim, enquanto defendemos o respeito considerado de forma abstrata, que no capitalismo refere-se a “respeito à autoridade”, à lei, ao poder dominante, como disposto na legislação burguesa com seus direitos e deveres, o como ficamos diante, que dizer e como explicar o des“respeito” à conquista dos assistentes sociais pelas 30 horas? Antes de tudo, o que dizer sobre a reivindicação unanime e reiterada pela mídia burguesa de “respeito aos contratos com o capital”, em contraste com o flagrante desrespeito a todos os “contratos legais” firmados, historicamente, com a classe trabalhadora?

Em sendo assim, de forma isolada ou adjetivada, o respeito indicado como princípio fundamental põe os assistentes sociais de forma contraditória, tanto a respeitar quem está no poder (a classe dominante que explora e que mata, quando a cooptação, a manipulação e as diferentes opressões não são suficientes para garantir a exploração), como a respeitar indivíduos que, considerados abstrata e isoladamente como “cidadãos de direito” na democracia burguesa, na realidade, são “cidadãos” que, confrontando a própria lei burguesa, estão na condição de despojados de condições de vida e de trabalho, diante de decisões e critérios burgueses baseados, não somente em “mínimos sociais”, mas mínimos destinados a segmentos da classe trabalhadora cada vez mais restritos. Diante disso, fica impossível identificar até que ponto assistentes sociais e estudantes estão considerando entre suas afirmações a inclusão de duas menções a “respeito” constantes dos 11 princípios do CE: “respeito à diversidade” e respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas”!

Em sendo assim, reafirmando “respeito”, compactuamos com os economistas burgueses que, ao separar o sistema de produção de seus atributos sociais específicos, justificam a eternidade e

---

<sup>1</sup> Entre nove profissões de saúde, o respeito foi indicado como princípio/valor pela maioria dos profissionais, em entrevista em profundidade realizada pelo NEEPSS, nos primeiros cinco anos de 2000, nos Hospitais Universitários da cidade do Rio de Janeiro. Não sem razão, a internet, avessa a qualquer assunto que se refira a classe social, exploração, manipulação etc., divulga, aberta e insistentemente, como princípios da ética profissional: honestidade, integridade, *respeito*, responsabilidade e justiça. Ou seja, uma abstração que serve “de bandeja” à reprodução da organização social capitalista.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

a harmonia das relações sociais, o que se constitui em caminho aberto para colocar no lugar da teoria a fé. Fé, não somente através da equalização do Serviço Social com a religião — o que nos remete a justificar e se enveredar pelo caminho do “respeito ao próximo”, da boa intenção e da ajuda -, mas, antes de tudo, “fé na autorregulação do mercado”<sup>2</sup>, o que deságua na fé na política social entendida como mecanismo de “solução dos problemas” vivenciados pelos trabalhadores e trabalhadoras no cotidiano da vida no capitalismo.

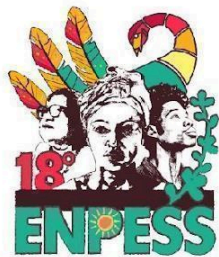
Quanto a menção aos 11 princípios do Código de Ética de forma desarticulada e fragmentada, por vezes articulados a noções do senso comum -“liberdade como o valor ético central e respeito ao usuário”, por exemplo - (30% dos assistentes sociais e 46% dos estudantes de pós), pode estar indicando tanto um certo conhecimento, mas também a simples repetição dos princípios e/ou sua aceitação involuntária e/ou por pura formalidade, para manter as aparências. As Referências Abstratas ao CE – “os princípios do CE, principalmente” esse ou aquele ” – também expressam princípios fragmentados do CE, o que totaliza 36% dos assistentes sociais e 61% dos estudantes de pós-graduação. Como sinalizado por Vasconcelos,

os princípios do CE considerados e apreendidos de forma isolada remetem os assistentes sociais a tomar como limite a democracia burguesa e a necessária, mas impossível, busca de humanização do capitalismo, o que só pode resultar em controle e repressão — diretos ou indiretos, explícitos ou dissimulados — de qualquer movimento de ampliação/radicalização dos direitos, de resistência, de libertação. Não por acaso, são processos e mecanismos de resistência e luta em que somos chamados pelo capital a atuar, de forma branda, amigável, acolhedora, psicologizante, individualizante. Assim, através de conselhos, terapias as mais diversas, processos de cadastramento e acesso a “benefícios sociais” etc., encaminhamentos e orientações, realizados de preferência com carinho, consideração e muito ‘respeito’, acabam por responsabilizar e/ou culpabilizar indivíduos considerados isoladamente, mesmo resultando em ganhos pontuais.” (2015, p. 189)

A escolha pelos assistentes sociais e estudantes de alguns princípios do CE, em detrimento da apreensão dos 11 como totalidade orgânica – totalidade necessária à apreensão do projeto do Serviço Social como projeto anticapitalista crítico-emancipatório -, pode estar revelando uma concepção pautada na afirmativa de que a sociedade não se explica mais pelo vínculo de classe, mas pela identidade dos sujeitos, na medida em que se observa prioridade na indicação de princípios relacionados às opressões e discriminações, completamente descolados dos demais. Assim, torna-se uma escolha que situa esses assistentes sociais em uma concepção de projeto profissional que, como Vasconcelos (2015), caracterizamos como anticapitalista, reformista

---

<sup>2</sup> Mercado considerado como entidade, como um sujeito - “o mercado nervoso” que esconde os verdadeiros sujeitos capitalistas que decidem atrocidades contra as maiorias que produzem sua riqueza -, e, assim, capaz de, surrupiando o direito dos trabalhadores e trabalhadoras de decisão a respeito de todos os assuntos de suas vidas – ou seja, em detrimento da participação daqueles que geram riqueza através do exploração assalariada, se autorregular, de estabelecer suas próprias regras, não somente de funcionamento, mas, antes de tudo, de fiscalização das regras definidas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

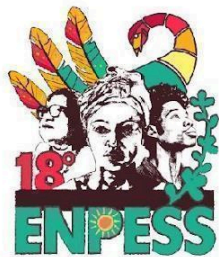
Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

conservadora. Uma concepção que, ao colocar como limite a reforma, a humanização do capitalismo, põe os assistentes sociais como “parceiros” da classe econômica, financeira e politicamente dominante, a qual necessita, é esperta e poderosa o suficiente para cooptar todas as lutas sociais a seu favor, o que vem fazendo com maestria. Um estado de coisas que podemos observar, por exemplo, quando, em 2018, a mídia oficial garante manchetes em defesa da Escola Sem Partido, em defesa do “combate à corrupção”, aqui impedindo que se revele o fato de que “Escola Sem Partido” é escola com certo partido e que a corrupção é própria e parte do capitalismo. Um processo que vem distraíndo as maiorias das decisões urgentes relativas à sobrevivência da humanidade e da natureza e deixando na sombra decisões econômicas, financeiras e políticas que afetam a humanidade inteira, especialmente, afetando trabalhadores e trabalhadoras.

Diante da facilidade de quem tem poder político e econômico capturar tudo que favorece a classe trabalhadora em favor da continuidade do capitalismo, os princípios do Código de Ética do assistente social só podem ser apreendidos numa perspectiva de totalidade, como unidade, como princípios indissociáveis. Isolados uns dos outros, sem as relações e conexões necessárias com os demais, os princípios perdem seu caráter e sentido emancipatórios. Como totalidade orgânica é que expressam o caráter anticapitalista crítico do projeto ético político do serviço social brasileiro. (VASCONCELOS, 2015, pp. 169-276).

Desse modo, indicar, por exemplo, como princípio, “democracia”, de forma isolada, nos põe como parceiros das organizações internacionais do capital e com o Império/EUA, que usam a democracia para declarar guerras intermináveis. Por isso, no capitalismo, não basta falar de democracia; temos de ser claros sobre que democracia defendemos, o que está claro no CE: “Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto *socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida*”. Tomada como noção isolada, perdemos o sentido de democracia presente no CE, que confronta a noção capitalista de democracia centrada no direito de votar em cada eleição, assim como deixamos de apreender as relações e conexões necessárias entre cada um dos onze princípios.

É preciso salientar que na fragmentação dos princípios do CE são deixados de lado, por estudantes de pós e assistentes sociais, dois dos princípios que, articulados aos demais, sustentam a direção emancipadora do projeto do Serviço Social brasileiro, que são o primeiro e o oitavo princípio do CE do assistente social: “Reconhecimento da Liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

indivíduos sociais”; “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”. Princípios quase nunca presentes, não somente nas manifestações de assistentes sociais e estudantes de graduação e pós, mas nos trabalhos do CBAS e ENPESS; nos artigos das revistas científicas da área, assim como TCC, monografias, dissertações e teses, como vem revelando nossa investigação.

### **3. PROJETO DO SERVIÇO SOCIAL E PRÁTICA PROFISSIONAL.**

Defender e atuar na perspectiva do projeto do Serviço Social vai muito além de defender uma categoria que assume um compromisso com a classe trabalhadora ao atuar na realização da política social do Estado capitalista da empresa privada junto aos trabalhadores e trabalhadoras/usuários. É defender e operar na direção de um projeto de sociedade que coloca os indivíduos sociais no centro e não a mercadoria. É atuar na direção da superação do sistema do capital, rumo à emancipação humana. Nos marcos da democracia burguesa, defender esse projeto é ter clareza que para uma minoria, resta o direito de ser eleito e, para o “resto”, o direito de votar; para o 1%, a garantia da concentração da riqueza socialmente produzida, da propriedade privada, do poder político e o “direito” de exploração da força de trabalho através de assalariamento e para os 99% restantes, a imposição da “escravidão moderna” -a exploração assalariada da força de trabalho -, a pobreza, a miséria, o controle, a dominação, a manipulação, discriminações e opressões de toda ordem.

Sem condições do aprofundamento necessário em trabalho dessa natureza, ressaltamos que a relevância desses dados não está na manifestação de assistentes sociais e estudantes consideradas em si mesmas, mas no que elas revelam quando cotejadas com o que pode ser observado na literatura – coletâneas, revistas, teses, dissertações, livros e manifestações de grupos e movimentos que se põem como representantes da categoria dos assistentes sociais -, mas, antes de tudo, quando cotejadas com manifestações presentes nas redes sociais, onde proliferam vídeos, conferências, cursos e grupos que contestam, aberta ou inadvertidamente, a direção social do projeto do Serviço Social brasileiro; contestações conservadoras, quando não reacionárias. Cientes da proporcionalidade de nossos dados, que não possibilitam generalizações – o que exige ampliação da investigação -, mais do que uma expressão da realidade em movimento, evidenciamos que as respostas de pós-graduandos e assistentes sociais revelam uma preocupante semelhança e sintonia, independentemente do tempo em que o dado foi colhido e de se tratar de um estudante de graduação, pós ou de um assistente social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

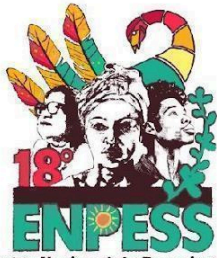
10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

É diante disso que podemos observar que, enquanto o Serviço Social cresce e conquista legitimidade no país com relação à organização política da categoria, ao projeto de formação graduada e pós-graduada, à produção de conhecimento da área que debate com as áreas afins, o projeto do Serviço Social não vem tendo repercussão na atuação dos assistentes sociais junto aos trabalhadores – onde se encontra a quase totalidade da categoria em atividade. Uma realidade que já vem sendo sinalizada, principalmente, por Marilda V. Yamamoto e José Paulo Netto, desde finais da década de 1980.

Ora, é claro que com a virada do Serviço Social em favor dos trabalhadores – que tem como marca o CBAS de 1979 -, a indicação de possibilidades de atuação profissional na perspectiva do projeto do Serviço Social se dá a partir de possibilidades e alternativas presentes na realidade social, o que quer dizer que a atuação do assistente social, no capitalismo, vai ser dar no contexto de relações sociais de exploração e opressão, alienantes e alienadoras, e não em condições novas e ideais. Isso quer dizer que, as exigências éticas e teórico-práticas colocadas pelo projeto do Serviço Social estarão submetidas a condições extremamente difíceis para cada uma das gerações seguintes, impactando a necessidade de estudo, pesquisa, planejamento que vão se dar em condições de vida e trabalho não raramente aviltantes.

Um estado de coisas já sinalizado no contexto da origem do projeto do Serviço Social o que já indicava a essencialidade de tomar como objeto de atenção, tanto o que já vinha sendo realizado pelos assistentes sociais no contexto do processo de virada, como nas décadas seguintes, inclusive após a formação de profissionais referenciados pelo projeto da ABEPSS. Esta, uma tarefa que não depende de um ou outro pesquisador interessado, mas só pode resultar de uma atividade coletiva da categoria, tal qual ocorreu com o poderoso movimento que articulou a categoria nos anos 80 e 90 e que resultou na revisão da legislação e na organização da categoria. Uma tarefa que se torna ainda mais urgente e essencial, após a aprovação de massas de assistentes sociais através do ensino a distância. Uma tarefa que, a nosso ver, dentre tantas outras exigências, está condicionada à *formação de assessores* na direção do projeto do Serviço Social, o que se põe como tarefa, essencialmente, da Universidade Pública. Assessores qualificados e interessados em acompanhar o complexo, contraditório e constrangedor movimento dos assistentes sociais no cotidiano da prática. Em sendo assim, para que a nossa atuação profissional sirva “um pouco mais” o trabalho que o capital, se faz necessário um estreitamento da universidade com o campo da prática das profissionais como reiterado por Vasconcelos (2015). Lobato (2024), analisando o conjunto das entrevistas realizadas com as assistentes sociais,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

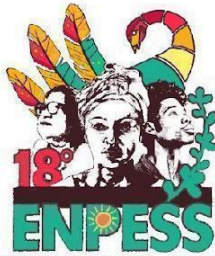
sinaliza que elas buscam os espaços universitários/de formação, com vistas à capacitação/atualização ou em busca de respostas para as inquietações e/ou frustrações advindas do cotidiano da prática. Consideramos que a assessoria, a sistematização e a análise do movimento da realidade vão além da verificação do alcance e “cumprimento de metas e da verificação da presença de indicadores; trata-se de revelar as relações complexas e necessárias entre o como, o porquê e o para que do processo prático.” (Vasconcelos, 2015).

Por outro lado, analisando reuniões coordenadas pelos assistentes sociais entrevistados, Baltar (2024) mostra que, no processo de administração da pobreza e criminalização dos pobres impetrado pelo Estado capitalista e replicado pelas diferentes instâncias de governo, através das políticas sociais, trabalhadores e trabalhadoras são responsabilizados e culpabilizados pelo não cumprimento das condicionalidades impostas pelas políticas sociais, em especial nos Programas de Transferência de Renda. Uma cobrança de condicionalidades que não considera que o não cumprimento do dever do Estado disposto na legislação é determinante para o não cumprimento das condicionalidades pelo trabalhador/usuário.

A formação permanente, um processo exigente e difícil, vem sendo alimentado por nossos organismos de representação (Conjunto CFESS/CRESS/ABEPSS) e por diferentes sujeitos profissionais, através da disponibilização de cursos de curta, média e longa duração e eventos na internet, por onde podemos nos iluminar na perspectiva do projeto profissional, um processo que complementa, mas não substitui o acompanhamento teórico-crítico do que vem sendo realizado pelos assistentes sociais em nome do Serviço Social e do projeto.

Isso significa que não basta querer um Serviço Social que favoreça os trabalhadores. Essa escolha exige uma prática submetida, permanentemente, à análise teórico-crítica, orientada no processo dialético de negar o que não favorece, conservar o que favorece, tendo em vista identificar, com cada vez mais clareza, os caminhos referenciados pelos objetivos definidos e fundamentados nos princípios, valores e finalidades do projeto profissional, sempre considerando os limites e dificuldades impostos pelas requisições institucionais e pelas condições de trabalho e assalariamento extremamente adversas, como é próprio do sistema do capital. Sem compreensão do que estrutura eticamente o projeto do Serviço Social, dificilmente os estudantes e assistentes sociais vão ter condições, tanto de repensar e redirecionar os princípios e valores que vêm reproduzindo e afirmando ao longo da sua vida, assim como compreender a necessidade da definição de uma referência teórica que possibilite a transformação de princípios em objetivos a serem realizados no cotidiano da prática.





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## REFERÊNCIAS

- ABEPSS. *Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social*. Sobre o processo de implementação. São Luiz: Temporalis, ano VII, n. 14, jul./dez. 2007.
- ABEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. 1997. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento201603311138166377210.pdf>. Consulta: julho de 2022.
- BALTAR, J. F. SERVIÇO SOCIAL, PROJETO E PRÁTICA PROFISSIONAL. Os assistentes sociais na coordenação de reuniões com os trabalhadores/usuários da política de Assistência Social. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 203. 2024.
- BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso: junho de 2022.
- LOBATO, C. V. U. A prática das assistentes sociais na Política de Assistência Social. Manifestações acerca da atuação profissional. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 190. 2024.
- MÉSZÁROS, István. O século XXI. Socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.
- NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 30, p. 89-102, 1989.
- VASCONCELOS, Ana Maria. Prática reflexiva e Serviço Social. Em Pauta, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 10, 1997.
- \_\_\_\_\_. O assistente social na luta de classes. Projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2015.
- VASCONCELOS, A.M., BALTAR, F.J. Serviço Social, projeto ético político profissional, produção de conhecimento. In: BRAVO, M.I. & MATOS, M.C. & FREIRE, S.M. (Orgs). Políticas sociais e ultraneoliberalismo. 1ª Edição Eletrônica. Navegando: Uberlândia/MG, 2020, pp.181-208. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-pol%C3%ADticas-sociais-e-ultraneol>